ANC V

ESTADO DE SÃO PAULO
10 AGO 1985

Arquivo

Bierrembach concorda com a proposta de Linhares

A eleição majoritária já tem o apoio de 300

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Já está com mais de 300 assinaturas a subemenda do deputado Marcelo Linhares (PDS-CE) a ser apresentada à proposta do governo de convocação da Assembléia Constituinte, estabelecendo o voto majoritário nas eleições de deputados em 86 — denominado "Distritão".

Pela subemenda, cada Estado seria considerado um distrito eleitoral e não haveria proporcionalidade na votação de cada legenda. Em São Paulo, por exemplo, hoje com 60 lugares na Câmara, seriam eleitos, pura e simplesmente, os 60 candidatos mais votados, independentemente da sigla partidária. A medida evitaria que um partido possa eleger, como tem acontecido, dois, três ou mais candidatos nas sobras, em conseqüência de grandes votações de "cabeças de chapas".

Ontem, no Congresso, o relator da comissão mista que estuda a emenda da Constituinte, deputado Flávio Bierrenbach (PMDB-SP), manifestou-se "simpático" à proposta, ao ser questionado pelo deputado Amaral Netto (PDS-RJ). O deputado fluminense disse que numa eleição para a Assembléia Constituinte o eleitor deve ser desobrigado de qualquer compromisso partidário. "Cada eleitor votará no seu candidato, e não na legenda partidária" — acrescentou.

Argumentou, também, que em 1986 não haverá nenhuma vinculação de votos. O eleitor terá plena liberdade de votar em candidatos a governador de um partido, a senador de outro, a deputado federal de uma agremiação e em deputado estadual de outra. "Se haverá liberdade plena ao eleitor para sua opção, por que amarrar o candidato a uma sigla?" — indagou Amaral Netto.

Outra subemenda que criará polêmica é a do deputado Pedro Collin (PFL-SC), preconizando datas diferentes para as eleições de governador e de senadores e deputados. A de governador seria em setembro e a de deputados e senadores em novembro. Muitos parlamentares alegam que na eleição coincidente, para o Executivo e Legislativo, a tendência seria o eleitor dedicar maior atenção à sucessão estadual, deixando em segundo plano a renovação do Parlamento, "com evidentes prejuízos em termos derepercussão e interesse populares".

PARLAMENTARISMO

O 2º secretário da Câmara, deputado Leur Lomanto (PDS-BA), apresentará subemenda à emenda da Constituinte, para consultar o povo, nas eleições de 86, sobre se prefere o sistema parlamentarista ou a permanência do presidencialismo.

Relator procura debater

Assemb. Const.

ESTADO DE SÃO PAULO
10 AGO 1985

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A sociedade civil, por suas lideranças e entidades representativas, terá ampla participação na discussão da proposta de Emenda Constitucional que convoca a Constituinte para 1986. É o que diz o relator da proposta na Comissão Mista do Congresso, deputado Flávio Bierrembach (PMDB-SP). Segundo ele, "o relator vai procurar estar onde houver um debate sobre a Constituinte". Entidade como a CNBB, a OAB, a CUT, a Conclat e a UNE, além de representantes de movimentos feministas, deverão ser chamadas a expressar suas opiniões e reivindicações.

Para debater o aspecto jurídico e institucional, Bierrembach pretende convocar nomes como Gofredo Silva Telles, Dalmo Dallari, Fábio Konder Comparato, Seabra Fagundes, Josaphat Marinho, Celso Barros e José Afonso da Silva, juristas que já foram relacionados para serem ouvidos pela comissão.

Com esses juristas, ele espera definir, por exemplo, quem e quantos serão os futuros constituintes, abrindo a possibilidade de eleição de pessoas apenas com a função de preparar a Constituição — delegados dos Estados que teriam sua tarefa encerrada com a aprovação do texto constitucional. Disse o relator que já recebeu do governador Franco Montoro telegrama de apoio à eleição desses delegados avulsos. Neste fim de semana, ele deverá reunir-se em São Paulo com o governador.

Bierrembach quer discutir também a preocupação de alguns setores da sociedade, no sentido de que o Congresso não tem poderes constituintes originários, mas derivados. Em consequência, os constituintes não deveriam ser os deputados e senadores. Ele lembrou que a proposta do governo é em sentido contrário, mas existem várias outras tendências.

Já em relação ao trabalho a ser produzido pela Comissão Constitucional presidida pelo ex-ministro Afonso Arinos, o deputado paulista admite que possa ser levado em conta, mas não vê necessidade de elaboração de um anteprojeto. "Já temos dezenas deles" — acentuou, observando que, "enquanto não tivermos uma Constituição democrática, que defina os direitos dos cidadãos e delimite o papel das Forças Armadas. A presença delas no cenário político é suscetível de provocar choques e traumas".

O PDT tentará formalizar diretas

A partir de segunda-feira, o líder do PDT na Câmara, deputado Nadyr Rossetti (RS), começará a colher assinaturas de um terço de cada Casa, na tentativa de formalizar subemenda à emenda da Constituinte, estabelecendo eleições diretas de presidente da República em 15 de novembro de 1986. A posse dos eleitos seria realizada perante a Assembléia Nacional Constituinte, em 31 de janeiro de 1987.

"Sobre os fundamentos e razões constitucionais que recomendam a imediata realização de eleições diretas para presidente — alega Rossetti — não nos cabe aduzir argumentos novos, ventilados e expostos que foram, exaustivamente, nos comícios do ano de 1984, em que a Nação se ergueu a reclamar e a exigir a restituição do direito mais elementar da cidadania: o direito de eleger o seu presidente da República. Se continuarem essas manobras baixas contra o ministro Aureliano Chaves, candidato em potencial a presidente, será muito difícil ao governo segurar as eleições diretas até 1988. Principalmente se o governador Brizola também entrar na luta pelas diretas em 86."

O PDT quer também um referendo popular à nova Constituição.

ANC 88
Pasta 08/85
41/1985